

## **OS ARQUIVOS DO PODER LEGISLATIVO: O CASO PAULISTA**

**Dainis Karepovs\***

As freqüentes pesquisas de opinião veiculadas pela imprensa a respeito das instituições políticas brasileiras, há um bom tempo situam o Poder Legislativo entre aquelas que mais desconfiança têm merecido por parte da população. Porém, essa desconfiança não é recente; vem desde o século passado, sobretudo pelo fato de caracterizar esse Poder como um simples apêndice do Poder Executivo ou, como diria um publicista dos anos 1920, a “antecâmara do Executivo, que lhes dita o santo e a senha”.

Independentemente do grau de correção dessas apreciações, o fato é que a pesquisa histórica -- evidentemente, desse contexto se deve excetuar a produção local que trata da história dos municípios -- não se tem detido muito sobre a atuação do Poder Legislativo e, sobretudo, pouco uso tem feito da documentação por ele produzida no trato com as questões do mundo político, econômico e social. As razões para isso têm várias motivações, como as assinaladas acima, mas também razões práticas: desorganização e dificuldade no acesso à documentação.

São relativamente recentes, com a honrosa exceção do Congresso Nacional, os esforços dos legislativos estaduais e municipais no sentido de abrir sua documentação à disposição do público. Casos como os dos estados

---

\* Doutorando em História Econômica da Universidade de São Paulo.

de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, ou do município de Santos, apontam para um tendência de reversão desse descaso do Legislativo para com sua documentação.

Aqui, em particular, trataremos da documentação do legislativo paulista existente Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (ver ao final informações sobre localização, horário de atendimento etc.). Criado em 1997, o Acervo Histórico tem sob sua custódia documentação que abrange o período de 1824 a 1947, bem como uma biblioteca com cerca de 25 mil volumes, um acervo fotográfico que cobre o período de 1950 a 1992 e as transcrições dos pronunciamentos dos parlamentares feitos em plenário, entre 1948 e 1996, e que nunca foram publicados na forma de anais.

Recentemente, a organização e disponibilização do acervo da Divisão de Acervo Histórico recebeu um importante apoio por parte da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que está propiciando a digitalização de toda a documentação de 1935 a 1937 e de todos os negativos, bem como a encadernação de 5 mil volumes da biblioteca, em um projeto coordenado pelo Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

Cada um dos conjuntos documentais acima assinalados tem a sua especificidade, mas, sem dúvida, o mais relevante é o da documentação. Embora a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo tenha sido criada em 1835, como resultado do Ato Adicional de 1834, o Acervo Histórico ainda preserva parte da documentação do Conselho Geral da Província, que foi extinto e sucedido pela Assembléia Provincial. A documentação do período imperial está disposta em 246 caixas. Seu conteúdo é extremamente interessante, pois, sob os mais diversos aspectos, podemos, por seu intermédio, acompanhar a transformação de São Paulo em uma das mais importantes unidades do Império brasileiro. Por algumas de suas características de funcionamento é possível compreender-se melhor a importância da documentação da Assembléia Provincial. Em primeiro lugar, pelo fato de ser um dos

poucos corpos políticos estáveis no período. Enquanto os mandatos dos deputados provinciais tinham dois anos de duração e havia um elevado grau de reeleição, no período de 1835 a 1889 passaram pela presidência da Província 94 homens. Frente a essa frenética mudança de nomes é possível compreender-se qual a importância de um órgão estável para a consecução de políticas públicas.

Além disso, havia uma questão também relevante na atuação do Assembléia Provincial: ao contrário do que acontece atualmente, o Poder Executivo não podia apresentar projetos de lei, de iniciativa exclusiva do Legislativo. Obviamente, não tenhamos ilusão, o Executivo influenciava e obtinha muitos de seus desígnios através do recurso das mensagens em que os propunha ao Legislativo. Isso, todavia, não deve nos fazer perder de vista que todas as políticas públicas necessariamente tinham de passar e ser discutidas pela Assembléia Provincial. Essa característica sobreviveu, aliás, durante a República Velha, tendo a faculdade de o Executivo apresentar proposições sido inscrita somente na Constituição paulista de 1935. Assim, a expansão do café, a imigração, as estradas de ferro e muitas outras questões de política pública estão documentadas, da mesma maneira que outras propostas de vias de desenvolvimento para São Paulo, que acabaram não sendo aprovadas em razão dos interesses da cafeicultura, e que deixaram ali suas interrogações sobre os caminhos tomados naquele momento. Além disso, mesmo nas questões municipais, pois, recorde-se, cabia à Assembléia Provincial estabelecer o orçamento anual para todos os municípios e aprovar as posturas municipais, o Acervo Histórico possui uma importante documentação que merece ser explorada. Outra questão interessante é a das eleições, pois cabia à própria Assembléia Provincial julgar e aprovar (e muitas vezes alterar) os resultados do processo eleitoral. Essa prerrogativa, aliás, também permaneceu até 1930.

A documentação do período imperial, em razão de uma inadequada organização a que foi submetida, possui uma certa dificuldade no acesso,

mas sua organização em um arranjo mais eficiente, prevista para este ano, diminuirá a dificuldade nas consultas.

Já para a chamada República Velha, o poder legislativo paulista, que passou a adotar a forma bicameral, com Câmara e Senado, e passou a denominar-se Congresso Legislativo, ainda era o lugar em que obrigatoriamente passava e era discutido o conjunto das políticas públicas. Nas suas 517 caixas de documentos referentes a este período da vida do legislativo paulista, café, ferrovias, imigração ainda eram temas debatidos, ao lado de novas questões, como a industrialização e as políticas sociais, mostrando a consolidação de São Paulo como a mais importante unidade da federação brasileira. Já as questões municipais deixaram de ser centralizadas pelo legislativo, em razão da autonomia concedida aos municípios, muito embora esta fosse relativa, pois, por exemplo, o Senado estadual tinha o poder de revogar, provocado por instituições ou pessoas, leis municipais. Isto era feito por meio dos chamados recursos municipais, outra interessante e inexplorada fonte de pesquisa.

Por fim, na documentação referente ao curto período de funcionamento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo após a “Revolução de 30”, entre 1935 a 1937, acondicionada em 32 caixas, pode-se ver uma maior inserção das políticas sociais entre as preocupações do legislativo, ao lado a maior polarização político-partidária, que até 1930 era muito restrita.

Juntamente com essa documentação, há um importante acervo de livros de cerca de 25 mil volumes. Ela é o resultado da junção de duas bibliotecas: a do Congresso Legislativo, criada sob a inspiração do modelo da Biblioteca do Congresso do Estados Unidos, em fins do século passado, acabou também incorporando os livros do arquivo da Assembléia Provincial e funcionou até 1930; e a do ex-ministro José Carlos de Macedo Soares. Sua obra mais antiga data de 1670. Além de possuir a coleção completa dos anais do legislativo paulista publicados de 1835 a 1947, dos relatórios e mensagens dos governadores, sobretudo a partir da República Velha até os dias atuais, e das leis paulistas, de 1835 a 1937, a biblioteca da Divisão de Acer-

vo Histórico destaca-se por suas obras sobre a história brasileira, de São Paulo e as referentes a políticas públicas. A esse conjunto, integram-se as 1 594 caixas que contêm os pronunciamentos dos deputados paulistas entre 1948 e 1996. Recortados do *Diário Oficial do Estado* e agrupados cronologicamente, esses pronunciamentos possuem um importante auxiliar de busca, que é um índice, alojado em 60 caixas, com os resumos dos conteúdos de cada fala, por meio dos quais é possível buscar as informações necessárias. Ainda este ano, também como resultado do projeto patrocinado pela FAPESP, este índice estará disponibilizado em computador.

Outro conjunto documental interessante é o de quase 90 mil negativos, produzidos pelos fotógrafos da Assembléia Legislativa entre 1950 e 1992. Aí estão retratados os mais importantes momentos vividos pelo legislativo paulista neste período, bem como personalidades nacionais e estrangeiras que lá estiveram presentes.

Trata-se, enfim, de uma documentação que, pela sua importância e pelo seu grau de disponibilização, não pode ser deixada de lado por todos aqueles interessados no exame da história política, social e econômica do Estado de São Paulo e do Brasil, bem como no seu aprofundamento e, sobretudo, na busca de novas abordagens.

#### **Informações úteis**

Divisão de Acervo Histórico da Assembléia Legislativa  
do Estado de São Paulo

Avenida Pedro Álvares Cabral, nº 201

Ibirapuera – São Paulo – SP

CEP 04097-900

Tel.: (011) 3886-6308/3886-6309.

Horário de atendimento ao público: de 2ª a 6ª feira, das 14 às 19 horas.

Conforme o estado e a idade dos originais, não são permitidas cópias xerox.